

1. Informações sobre a Companhia

A ELECTRO AÇO ALTONA S/A é uma Companhia aberta com sede em Blumenau – SC, Brasil, e tem como atividade principal e objeto social a: produção, industrialização nos setores de fundição e usinagem, e fornecimento de peças fundidas em aços carbono, ligadas (baixa, média e alta liga) e ferros ligados para aplicações especiais.

A Visão, Missão e Valores, fazem parte do cotidiano da gestão. Inovando e investindo no conhecimento e na tecnologia, a Companhia é reconhecida como uma das melhores do mundo no setor de fundição e usinagem por sua qualidade de processos e respeito ao colaborador - foi a primeira fundição de aço no mundo a receber a certificação internacional SA 8000, além de conquistar o ISO 9001:2008 e outros certificados.

Trabalhando em dois núcleos de peças fornecidas que são tituladas como “repetitivas” quando são feitas em série, constituindo produtos ou partes e peças e até conjuntos de peças para as empresas montadoras de equipamentos autopropulsores, ou “sob encomenda”. quando são feitas sob medida para o cliente de forma não-seriada, sejam isoladas ou como partes de subconjuntos, constituintes de equipamentos completos. Independentemente de serem “repetitivas” ou “sob encomenda”, todas as peças são produzidas de acordo com especificações, projetos e normas técnicas de uso internacional, de clientes dos mercados nacional e internacional.

A Companhia assume há anos o compromisso de transformar o aço em aplicações que contribuem para o desenvolvimento global, tendo como visão, Ser excelência no mercado mundial de fundidos em aço.

2. Políticas contábeis

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de março de 2012.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a estimativa de perdas com clientes e nos estoques; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valor Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

2.1 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.2 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Prestação de serviços

A receita de serviços é reconhecida com base na prestação efetuada. Quando os serviços não puderem ser medidos de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.3 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, se aplicável.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

2.3 Impostos - continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço, e são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensá-los contra o passivo fiscal e os impostos diferidos relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Programa de Integração Social - PIS: 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 7,6%
- Imposto sobre a Circularização de Mercadorias e Prestação de serviços – ICMS: 7% a 18%
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS: 2% a 5%
- Imposto sobre Produtos Industrializados – 8% a 15%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

2.4 Instrumentos financeiros

(i) Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis.

Os ativos financeiros da companhia são classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

2.4 Instrumentos financeiros - continuação

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repassa”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

2.4 Instrumentos financeiros - continuação

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos e contratos de garantia financeira.

Mensuração subsequente de empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado a valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos, de responsabilidade da Companhia. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber. A abertura das principais contas dessa rubrica está demonstrada na nota explicativa 05.

2.6 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo de aquisição ou produção, ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

(i) Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio e, (ii) Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. A abertura das principais contas dessa rubrica está demonstrada na nota explicativa 06.

2.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.8 Imobilizado

São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento são satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Em 1º de janeiro de 2010 a companhia procedeu a revisão da vida útil de seu ativo imobilizado tendo modificado a taxa de depreciação de certos bens a partir daquela data.

2.9 Arrendamentos Mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia, basicamente, todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.10 Custo dos empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.11 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente. A vida útil de ativo intangível da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é avaliada como definida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

2.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.13 Partes relacionadas

As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes, conforme divulgado na nota 17.

2.14 Plano de benefício pós-emprego (assistência médica)

A Companhia patrocina plano pós-emprego do tipo benefício assistência médica a funcionários em nível executivo. Esses benefícios são financiados em regime de caixa. O custeio dos benefícios concedidos pelo plano de benefício definido é estabelecido utilizando o método previsto na Deliberação CVM 600 de 2009.

Os compromissos atuariais com o plano são provisionados, conforme procedimentos previstos pelo CPC 33, com base em cálculos atuariais, elaborados anualmente por atuários independentes. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuições dos empregados (Nota 11.c).

No plano de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou, de um ativo

quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

A parcela dos ganhos ou perdas atuariais reconhecida no resultado da Companhia corresponde ao excesso que não se enquadrou no “corredor” dividido pelo tempo médio de trabalho restante dos empregados que participam do plano. O corredor corresponde ao que for maior dentre:

- (1) 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e
- (2) 10% do valor justo dos ativos do plano.

A Companhia reconhece os ganhos/perdas atuariais no próprio exercício em que foi realizado o cálculo atuarial, conforme permitido pela Deliberação CVM n.º 600/2009.

As contribuições devidas pela Companhia aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações da Companhia em relação aos associados aposentados são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

O ativo atuarial reconhecido no balanço (Nota 11.c) refere-se ao valor justo dos ativos do plano e sua realização ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano.

2.15 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.16 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, gerados no curso normal de suas atividades. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.17 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor

Abaixo informamos as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta Listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia espera de formas razoável que produzam impactos nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes

Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.

- IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda)

O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, desde a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Atualmente está sendo avaliando o impacto completo das emendas restantes. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações - Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas

Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações financeiras da Companhia compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados.

Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011, e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC. A emenda em questão afeta apenas as divulgações e não tem impacto sobre o desempenho ou a situação financeira da Companhia.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração

O IFRS 9 na forma como foi emitido, reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Em fases subsequentes, o IASB examinará contabilidade de cobertura e perda no valor recuperável de ativos financeiros. Esse projeto deverá ser encerrado no final de 2011 ou no primeiro semestre de 2012. Adoção da primeira fase do IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, mas potencialmente não trará impactos sobre a classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia irá quantificar o efeito dessa emenda em conjunto com as outras fases, quando emitidas, a fim de apresentar um quadro abrangente.

- IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo

Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

2.18 Reclassificação dos saldos comparativos

A Companhia revisou certas classificações e ajustes de contas contábeis para 31 de dezembro de 2011 e identificou aperfeiçoamentos a serem realizados, sobre suas novas interpretações aos pronunciamentos em vigor. Com objetivo de apresentar uma demonstração financeira comparativa, a Companhia está reclassificando e ajustando certas rubricas de suas Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2010. Abaixo descrevemos a principal reclassificação e seu efeito em 31 de dezembro de 2010 no balanço patrimonial da Companhia:

- IR/CS Diferidos: Os saldos de 31/12/2010 de IR/CS diferidos estão sendo apresentados de forma líquida no passivo da Companhia para atender o requerido pelo CPC 32 - parágrafos 71 a 76.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição provisões para temas tributários e não há atualmente auditorias por parte das autoridades

fiscais em andamento. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios de Assistência Médica

O custo de planos de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial.

A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a administração considera as taxas de juros de debêntures emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente à duração da obrigação do benefício definido. A qualidade dos títulos é revisada, e aqueles com um spread de crédito excessivo são excluídos da população de títulos os quais são utilizados para identificar a taxa de juros. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de benefícios se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/11	31/12/10
Caixa e Contas Movimento	314	1.136
CBDs	7	492
Renda Fixa	12.621	14.578
TOTAL	12.942	16.206

Em 31 de dezembro de 2011 as aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento de 101% do CDI, resgatáveis a qualquer momento. Em todos os casos, as aplicações possuem liquidez imediata.

5. Contas a receber de clientes

	31/12/11	31/12/10
Mercado Interno	11.102	5.022
Mercado Externo	18.243	17.589
(-) Ajuste a valor presente	(320)	(317)
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(183)	(454)
TOTAL	28.842	21.840

a) a movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/11	31/12/10
Saldo no início do exercício	(454)	(232)
Adições	-	(302)
Recuperações/ realizações	271	80
Saldo no final do exercício	(183)	(454)

b) ciclo financeiro:

	31/12/11	31/12/10
Duplicatas a vencer até 30 dias	9.293	5.961
Duplicatas a vencer há mais 30 dias	17.006	9.283
Duplicatas vencidas até 30 dias	1.210	4.819
Duplicatas vencidas há mais 30 dias	1.333	1.777
Total	28.842	21.840

6. Estoques

	31/12/11	31/12/10
Produtos Acabados	1.889	2.202
Produtos em Elaboração	13.177	12.473
Matéria Prima	1.430	1.559
Materiais Auxiliares	2.437	2.376
Outros Materiais	1.440	1.303
Mercadorias em Consignação	363	328
TOTAL	20.736	20.241

Os estoques estão segurados e sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de risco envolvido. Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 não foi necessária a constituição de nenhuma provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

7. Impostos a recuperar

	31/12/11	31/12/10
IRPJ, CS, IPI, PIS, COFINS	7.595	3.622
ICMS, PIS, COFINS de Imobilizado	1.842	2.970
	9.437	6.592
Circulante	7.005	5.965
Não Circulante	2.432	627

Os créditos serão realizados pela Companhia, através de restituição e/ou compensação com impostos e contribuições. A administração não espera perdas na realização destes créditos.

8. Imobilizado

a) Movimentação dos Ativos Imobilizados - 2011:

	Terrenos e Edificações Próprias	Máquinas, Equipamentos e Veículos, Modelos e Moldes	Móveis e Utensílios	Imobilizados em Curso	Arrendamento Mercantil	Outros imobilizados	Total
Custo:							
Em 1/Janeiro/ 2011	103.937	149.967	6.457	6.435	3.518	1.949	272.263
Adições	2.769	1.644	66	6.583	-	408	11.470
Transferências	2.537	(2.873)	(2.191)	(1.339)	(1.218)	(266)	(5.350)
Baixas	-	(190)	(21)	-	-	(41)	(252)
Em 31/Dezembro/2011	109.243	148.548	4.311	11.679	2.300	2.050	278.131

Depreciação

Em 1/Janeiro/2011	(17.373)	(89.690)	(4.755)	-	(917)	(1.439)	(114.174)
Depreciação	(1.368)	(5.972)	(321)	-	(282)	(189)	(8.132)
Transferências	(2.565)	5.230	2.199	-	455	31	5.350
Em 31/dezembro/2011	(21.306)	(90.432)	(2.877)	-	(744)	(1.597)	(116.956)

Valores Residual

Líquido:

Em 31/Dezembro/2010	86.564	60.277	1.702	6.435	2.601	510	158.089
Em 31/Dezembro/2011	87.937	58.116	1.434	11.679	1.556	453	161.175

As transferências realizadas no ano de 2011 referem-se a ajustes entre contas de depreciação e custo para adequar o saldo líquido do imobilizado.

Valores oferecidos em garantia - foram oferecidos bens do Ativo Imobilizado, no valor de R\$ 57 milhões em garantia do REFIS do ano de 2000.

Em 2010 a Companhia efetuou a avaliação de seus ativos imobilizados pelo custo atribuído através de uma empresa especializada em Avaliações patrimoniais. Para a determinação do custo atribuído os avaliadores independentes seguiram as recomendações da NBR 14.653-1, 14.653-2, 14.653-5 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Foram considerados também os critérios propostos pelo IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia. Com base nos procedimentos efetuados, foram determinadas as vidas úteis, as quais foram aplicadas em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 conforme abaixo indicado:

Classe de Imobilizado	Vida Útil Média
Edificações e Benfeitorias	25 anos
Máquinas, Equipamentos e Instalações	18 anos
Móveis e Utensílios	9 anos
Outros Ativos Imobilizados	4 anos

9. Intangível

a) Movimentação do Ativo Intangível - 2011:

	Software
<u>Custos:</u>	
Em 1º de Janeiro de 2011	2.635
Adições	312
Baixas	(3)
Em 31 de Dezembro de 2011	2.944
<u>Amortização:</u>	
Em 1º de Janeiro de 2011	(2.021)
Amortização	(400)
Em 31 de Dezembro de 2011	(2.421)
<u>Valores Residual Líquido:</u>	
Em 31 de Dezembro de 2010	614
Em 31 de Dezembro de 2011	523

A Companhia utiliza a vida útil definida de 5 anos para os itens de seu ativo intangível.

10. Financiamentos e empréstimos

Modalidade	Encargos Anuais	31/12/11	31/12/10
Circulante		26.318	14.325
ACC	7%a.a	11.631	4.829
Capital Giro	CDI+0,80 a 1,2%a.m	14.161	9.119
Finimp GCB696/10	U\$+7,40%a.a.	419	377
Finame Safra/BNDES	5,50% a .a.	107	-
Não Circulante		9.904	18.441
Capital Giro	CDI+1,2%a.m	9.288	17.735
Finimp GCB 696/10	U\$ + 7,40% a.a.	385	706
Finame Safra/BNDES	5,50% a .a	231	-
Total		36.222	32.766
Moeda Nacional		13.319	19.021
Moeda Estrangeira		22.903	13.745

Vencimento dos financiamentos e empréstimos:

	31/12/11
2013	8.955
2014	909
2015	40
TOTAL	9.904

Os empréstimos bancários da Companhia estão sendo garantido por avais da Companhia Werner conforme nota 17.a e penhora de maquinas e equipamentos. Adicionalmente, estes empréstimos não são objeto de *covenants*.

11. Provisões para litígios e demandas judiciais

11.a) Contingências

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão para contingências, como abaixo indicado:

	31/12/11	31/12/10
Trabalhistas	378	411
Tributárias	360	504
	738	916
Circulante	378	916
Não Circulante	360	-

Trabalhistas

A Companhia é acionada em reclamações trabalhistas envolvendo principalmente discussões sobre insalubridade, periculosidade, entre outros. Baseado no histórico de pagamentos e na opinião dos assessores jurídicos, a provisão de R\$ 378 mil em 31 de Dezembro de 2011 (R\$ 916 mil em 31 de dezembro de 2010) é julgada suficiente para cobrir prováveis perdas. Adicionalmente, há em andamento processos trabalhistas no montante de R\$ 929 mil, para os quais não foi constituída qualquer provisão pelo fato dos consultores jurídicos da Companhia entenderem que a perspectiva de êxito da Companhia nestes processos será possível ou provável.

11.b) Depósitos Judiciais

A Companhia registra no ativo, valores referentes a depósitos judiciais assim constituídos:

	31/12/11	31/12/10
Ações trabalhistas	261	306
Tributárias	-	1.324
	<u>261</u>	<u>1.630</u>

Após tramitado e julgado a favor da Companhia, registrou-se o crédito tributário referente a Ação contra o INSS, tendo assim êxito a sentença.

11.c) Atuarial

A Companhia implantou no final do exercício de 2010, o plano de benefícios pós – emprego para seus empregados e ex-empregados garantindo assistência médica vitalícia a todos que ocuparem cargo de Gerente ou Diretor Executivo, que completarem 65 anos e aos Conselheiros de Administração que completarem 75 anos, desde que tenha sido empregado, Diretor ou Conselheiro da Administração da ALTONA por 30 anos ininterruptos, uma vez que os mesmos não estabelecem vínculo empregatício com a Companhia. Em 2011 por decisão do Conselho Deliberativo decidiu-se alterar as regras para a concessão do benefício pós – emprego reduzindo a idade mínima passando de 65 para 55 anos no caso de Gerente ou Diretor Executivo e de 75 para 65 quando Conselheiros de Administração, resultando no incremento das obrigações atuariais..

11.c) 1. A avaliação atuarial do plano adotou o método da unidade de crédito projetado.

Ativos e Passivos atuariais	2011	2010
Valor presente das obrigações atuariais	1.804	871
Valor justo dos ativos do plano	(1.420)	-
Ganho atuarial não reconhecido	598	-
Custo do serviço passado não reconhecido	(587)	(396)
(Ativo)/Passivo Atuarial Líquido no Final do Exercício	<u>395</u>	<u>475</u>
Passivo Descoberto	<u>384</u>	

Reconciliação do valor das obrigações atuariais	2011
1 Valor das obrigações no início do ano	871
2 Custo do serviço corrente	35
3 Juros sobre a obrigação atuarial	89
4 Benefício pagos no ano	-
5 (Ganho)/Perda atuarial nas obrigações	809
6 Valor das obrigações no final do ano	<u>1.804</u>

Reconciliação do valor justo dos ativos

	2011
1 Valor juros dos ativos no início do ano	-
2 Rendimento esperado no ano	-
3 Contribuições da patrocinadora no ano	-
4 Contribuições dos participantes no ano	12
5 Benefício pagos no ano	-
6 (Ganho)/Perda atuarial nos ativos	1.408
7 Valor dos ativos no final do ano	1.420

11.c) 2. As despesas projetadas para o exercício de 2011 e 2012 são os seguintes:

Componentes da (receita)/despesa projetada	2012	2011
1 Custo do serviço corrente	40	35
2 Juros sobre a obrigação atuarial	175	89
3 Rendimento esperado no ano	(142)	-
4 Amortização de (ganhos)/perdas atuariais	(23)	-
5 Amortização de Custo de Serviço Passado	33	24
6 (Receita)/Despesa projetada	83	148

Conciliação de ganhos e perdas atuariais

Reconciliação dos (ganhos)/perdas atuariais não reconhecidos	2011
1 (Ganho)/Perda atuarial líquida não reconhecida no início do ano	-
2 (Ganho)/Perda atuarial sobre o valor presente das obrigações	809
3 (Ganho)/Perda atuarial sobre o valor do ativo	(1.407)
4 (Ganho)/Perda atuarial líquida não reconhecida no final do ano	(598)

Apuração da parcela de (ganhos)/perdas a amortizar	2011
1 Limite do corredor (10% x max (ativo obrigação))	180
2 (Ganho)/Perda atuarial que excede o limite do corredor	418
3 Amortização de (ganho)/perda atuarial	23

11.c) 3. As premissas atuariais utilizadas pela Companhia em 2011 são as seguintes:

	2011	2010
<u>Premissas Econômicas:</u>		
Taxa de desconto para a obrigação Atuarial em 31 de dezembro	3,55% a.a	3,00% a.a
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	0,00% a.a	0,00% a.a
Incremento dos custos médicos em função do avanço da idade	3,00% a.a	3,00% a.a
Índice estimado de aumento dos Benefícios	1,00% a.a	1,00% a.a
Índice de inflação	1,00% a.a	1,00% a.a
Valor do CMM – Custo Médico Médio	1.200	1.003
<u>Premissas Demográficas</u>		
Tábua biométrica de mortalidade	AT – 2000	AT - 2000

11.c) 4. As expectativas de pagamentos de benefícios futuros pela Eletro Aço Altona projetadas pelo consultor atuarial externo são as seguintes:

	Projeção 2011
2012	41
2013	43
2014	69
2015	73
2016	78
Próximos onze anos	276
<u>Total</u>	<u>580</u>

12. Patrimônio líquido

Capital Social

O capital social pertence inteiramente a acionistas domiciliados no país, e é constituído de 2.250 mil ações, sendo 975 mil ordinárias e 1.275 mil preferenciais, escriturais sem valor nominal.

As ações preferenciais, conforme Artigo 5º do Estatuto Social, passaram a ter direito a voto após o terceiro exercício sem a distribuição de dividendos, o que aconteceu há mais de 15 anos. O capital social poderá ser aumentado nos termos do Artigo n.º 168 da Lei 6.404/76, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite máximo de 2.925 mil de ações, podendo emitir até 675 mil ações preferenciais da mesma classe existente.

De conformidade com o Estatuto Social, artigo 25, o lucro líquido do exercício de 2011, no montante de R\$ 8.698 mil, está sendo integralmente utilizado para absorver prejuízos acumulados.

13. Arrendamento mercantil

A Companhia celebrou contratos de arrendamento mercantil leasing junto ao Banco Safra Leasing S/A, para modernização do setor de usinagem, com aquisição de centros de usinagem, cujos saldos a pagar estão abaixo demonstrados:

Contratos	Vencimento	30/12/11		31/12/10	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
75.139.896-6	31/07/2011	-	-	259	-
75.150.920-5	31/03/2013	687	171	683	854
1180259	23/01/2014	121	112	125	239
(-) Ajuste Valor Presente		(81)	(13)	(118)	(167)
		727	270	949	926

O montante acumulado apropriados ao resultado é de R\$ 339 mil (R\$ 356 mil em 31 de Dezembro de 2010) de encargos financeiros.

14. Impostos e contribuições

Os impostos e contribuições a pagar, apresentam a seguinte composição:

	31/12/11	31/12/10
INSS	769	579
ICMS	-	215
FGTS	248	640
Imposto de renda retido na fonte	442	353
Sesi, Senai e outros	221	477
IR e CS a recolher	315	1.219
	1.995	3.483
Circulante	1.752	1.844
Não Circulante	243	1.639

15. Incentivo Fiscal Estadual – PRODEC

A Companhia obteve, junto ao Estado de Santa Catarina, a concessão do incentivo do Programa de Desenvolvimento Catarinense – PRODEC, programa criado com o objetivo de fomentar o crescimento da indústria catarinense, conforme extrato do contrato 003/06 publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina – 07 de Abril de 2006. Tal incentivo funciona através da concessão à Companhia de um crédito de ICMS, o qual é utilizado na medida do incremento do ICMS apurado. Tal crédito é utilizado abatendo até 60% do acréscimo do recolhimento, sendo concedido o prazo de 120 meses para fruição do crédito a partir da concessão.

Os créditos utilizados mensalmente são devolvidos após 48 meses, podendo o prazo total do benefício estende-se a 168 meses a partir de abril de 2006. A forma de amortização do benefício é o pagamento do crédito utilizado, acrescido de juros de 4% ao ano e atualização monetária pela UFIR.

Foi concedido à Companhia um crédito total de ICMS de R\$ 47 milhões, sendo liberado na primeira fase o crédito de R\$ 8.500 mil. No exercício de 2008 houve um adendo no contrato inicial referente à liberação monetária da

primeira fase, com o incremento de R\$ 6.859 mil, passando então para R\$ 15.359 mil o valor a ser utilizado para incentivo do programa PRODEC.

A Companhia utilizou-se do benefício fiscal que, atualizado, perfaz o montante conforme destacado na tabela abaixo:

	31/12/11	Amortizações	Transferência	Atualizações	31/12/10
Circulante	2.878	(1.660)	2.436	226	1.876
Não Circulante	544	(297)	(2.436)	43	3.234
	3.422	(1.957)	-	269	5.110

Abaixo encontra-se o cronograma previsto de longo prazo:

	31/12/11
2013	163
2014	381
TOTAL	544

A partir de Agosto de 2010, a Companhia esta cumprindo conforme determina o contrato do PRODEC o pagamento da prorrogação concedida no programa, o montante de quitação perfaz R\$ 3.019 mil até a data de 31 de dezembro de 2011.

16. Programa de Recuperação Fiscal – REFIS Federal

Amparada na Lei N.º 9.964 de 10 de abril de 2000, a Administração da Companhia protocolou, em fevereiro de 2000, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS. A amortização do passivo consolidado, conforme previsto no Programa, está sendo efetuada regularmente à base de 1,2% sobre a receita bruta ajustada, desde março de 2000. O saldo devedor esta sendo atualizado pela TJLP. Considerando a expectativa de crescimento no valor da receita da Companhia (base de pagamento), estima-se que o valor desse passivo deverá ser quitado até meados do ano de 2063. Em garantia do Programa, foram arrolados e penhorados, os bens do ativo imobilizado.

Na adesão da Companhia ao Programa, os honorários advocatícios de sucumbência arbitrados inicialmente nas execuções fiscais ajuizadas pelo INSS foram incorporadas ao parcelamento a razão de 10%. A Lei que instituiu o programa REFIS estabelecia, no entanto, honorários de sucumbência de 1% Para reduzir o valor de honorários inicialmente consolidados no Programa, a assessoria jurídica da Companhia requereu em todas as execuções do INSS a redução dos honorários para o percentual de 1%, de acordo com MP 303/06.

A Companhia discute também no âmbito administrativo a indevida inclusão de supostos débitos a título de imposto de renda e contribuição social, não recolhidos nos exercícios de 1990 e 1991, sendo que para aqueles exercícios a mesma não apresentou lucro tributável. Este tema gera uma diferença entre o valor contabilizado pela Companhia e o extrato do REFIS junto à Receita Federal, na ordem de R\$ 2.287 mil em 31 de Dezembro de 2011.

O passivo relativo ao REFIS encontra-se abaixo destacado:

	31/12/11	Amortizações	Atualizações	31/12/10
Circulante	2.298	(1.193)	1.143	2.348
Não Circulante	98.554	(837)	2.116	97.275
	100.852	(2.030)	3.259	99.623

17. Partes Relacionadas

As transações comerciais e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre partes relacionadas e remuneração da Administração, foram realizadas conforme abaixo.

a) Garantias

A Companhia para exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2011, tem celebrado contrato de garantias e avais com a Companhia Werner S/A, que se estabelece da seguinte forma:

Os empréstimos bancários da Companhia de 2011, que estão sendo amortizados regularmente em seus vencimentos sob a garantia de máquinas e equipamentos e avais. A Companhia celebrou com a Companhia Werner, a prestação remunerada de fiança, aval e outras avenças, até o limite de R\$ 80 milhões. Em 31 de Dezembro de 2011, o montante de operações contratadas pela Companhia, garantido pela avalista/fiadora, é de R\$ 36 milhões. Para o exercício de 2011, a Companhia pagou à avalista/fiadora, a título de remuneração, a importância de R\$ 752 mil (R\$ 342 mil em 31/12/2010), registrado na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais".

b) Remuneração da Administração e Conselho Fiscal

A administração da Companhia é composta por cinco membros do Conselho de Administração, sendo um Presidente e quatro Conselheiros, dois Diretores executivos, Diretor Presidente e de Relações com Investidores e Diretor administrativo, três membros do Conselho Fiscal. Os membros da administração e do conselho fiscal fizeram jus à remuneração de R\$ 4.027 mil, e seus respectivos encargos previdenciários de R\$ 1.106 mil por seus serviços, correspondendo o montante total com encargos de R\$ 5.133 mil para este exercício findo em 2011.

Os Diretores recebem benefícios corporativos adicionais tais como: assistência médica e odontológica, seguro de vida, complementação de benefícios previdenciários (plano de previdência privado), dentre outros. A Companhia não pagou a suas pessoas chave da administração remuneração em outras categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e c) benefícios de pós emprego.

18. Imposto de Renda e Contribuições Social

a) Impostos diferidos

A Companhia registra Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos nos seguintes valores, a título de prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias:

	31/12/11	31/12/10
Crédito tributário ativo		
Diferenças temporárias	816	1.619
Prejuízo fiscal e base negativa	6.318	7.484
	7.134	9.103
Credito tributário passivo		
Valor justo do ativo imobilizado (<i>deemed cost</i>) - CPC 27	27.887	28.949
	27.887	28.949
Passivo líquido não Circulante	20.753	19.846

i) Imposto de Renda Diferido sobre Adições Temporárias e prejuízos fiscais

Os créditos e débitos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social foram apurados em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32, aprovado pela Instrução CVM nº 371/02 e Deliberação CVM nº 599/09 que trata de tributos sobre o lucro.

ii) Prazo estimado de realização

A Administração prevê que os ativos diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização das contingências, perdas e das obrigações projetadas. Com relação aos créditos fiscais diferidos ativos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Administração estima que deverão ser realizados nos próximos três anos.

Em 31 de Dezembro de 2011 a Companhia acumula prejuízos fiscais num total de R\$ 18.134 mil (R\$ 21.282 mil em 31/12/2010) e base negativa de contribuição social num total de R\$ 19.831 mil (R\$ 24.032 mil em 31/12/2010), os quais geraram os créditos tributários de IR diferido de R\$ 4.534 (R\$ 5.321 mil em 31/12/2010) e CS diferido de R\$ 1.784 mil (R\$ 2.163 mil em 31/12/2010). Tendo por base estudos elaborados pela Administração, foi registrado estes créditos diferidos. Esses estudos encontram-se fundamentados na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, tendo como base em orçamento e plano de negócios com data-base 31/12/2011, examinados e aprovados pela Administração da Companhia, em atendimento ao exigido pela Instrução CVM 371.

A expectativa da Administração é de que esses créditos tributários diferidos sejam realizados no seguinte cronograma:

Ano	Estimativa Compensação
2012	4.566
2013	1.752
	6.318

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/12/11	31/12/10
Lucro antes dos impostos	12.514	7.921
IR/CS a alíquota de 34%	(4.255)	(2.693)
(Exclusões)/adições		
Diferenças permanentes	235	(20)
Outras	204	719
Total	(3.816)	(1.994)

19. Cobertura de seguros

A Companhia possui cobertura de seguros para valores monetários em riscos diversos no montante de R\$ 70 milhões, com vigência até 05/05/2012, e para valores monetários em riscos de responsabilidade civil, no montante de R\$ 11 milhões, com vigência até 08/08/2012. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

20. Instrumentos financeiros

Em atendimento à Deliberação 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, CPC 39 e CPC40, e OCPC 03, de 19 de novembro de 2009, que revogou a Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros registrados nas Informações Trimestrais em 31 de Dezembro de 2011, apresentando os seguintes valores contábeis e de mercado:

	Valor Contábil		Valor de Mercado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Caixa e bancos	314	1.136	314	1.136
Aplicações financeiras	12.628	15.070	12.628	15.070
Contas a receber de clientes	28.842	21.840	28.842	21.840
Fornecedores	7.985	8.017	7.985	8.017
Financiamentos e empréstimos	36.222	32.766	36.222	32.766

Os fatores de risco dos instrumentos financeiros basicamente estão relacionados com:

(i) Riscos financeiros

Riscos de moeda estrangeira

Para atenuar riscos cambiais, a Companhia monitora a exposição financeira, procurando equilibrar os seus ativos e passivos financeiros dentro de limites estabelecidos pela Administração.

Riscos de encargos da dívida

Estes riscos são oriundos da possibilidade da Companhia vir incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de Dezembro de 2011.

(ii) Riscos operacionais

Risco de crédito

Advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto à instituições financeiras gerados por aplicações financeiras. Para atenuar o risco decorrente das operações de vendas, a Companhia adota como prática a análise da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecem um limite de crédito e acompanham permanentemente o seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito.

21. Outras Receitas ou Despesas Operacionais

	31/12/11	31/12/10
Outras receitas		
Reversão de Juros e Multa	345	1.910
Despesas Recuperadas	637	613
Outras Receitas	173	1.322
Outros itens Extraordinários	-	3.797
	1.155	7.642
Outras despesas		
Perda com operações comerciais	(483)	(288)
Contratos de aval e fiança	(1.017)	-
Outros itens Extraordinários	(345)	-
	(1.845)	(288)
Receitas (Despesas) Operacionais	(690)	7.354

22. Receitas e despesas financeiras

	31/12/11	31/12/10
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.762	1.392
AVP	2.191	571
	3.953	1.963
Despesas financeiras		
Encargos	(4.722)	(4.369)
Juros incorridos– REFIS	(3.259)	(4.068)
Variação cambial passiva	(1.608)	(820)
	(9.589)	(9.257)
Receitas (Despesas) Financeiras	(5.636)	(7.294)

23. Reconciliação da receita líquida

A Companhia atua em apenas um segmento operacional definido como metalúrgico, produzindo e comercializando fundidos de aço. As ferramentas que utilizamos para avaliar o desempenho da única atividade que atuamos, tanto para fins operacionais, gerenciais, comerciais ou administrativos são submetidas às seguintes premissas:

- Nossas linhas de produção operam separadamente nas categorias de produtos que fabricamos, a saber: “Repetitivos” e “Não Repetitivos” também denominados pela Companhia de produtos “Sob Encomenda”); e
- Na planta fabril, não há separação completa entre estas categorias na linha de produção, e por isto a Administração gerencia o resultado do negócio de forma única.

Informações da Receita em:

31/12/11	Receitas no Mercado		Total	
Categoria	Interno	Externo		
Repetitivas	99.500	24.374	123.874	63%
Sob Encomenda	37.439	33.799	71.238	37%
Receita Bruta	136.939	58.173	195.112	100%
Deduções Receita	(21.466)	(1.455)	(22.921)	
Impostos	(16.352)	-	(16.352)	
Devoluções e Abatimentos	(2.949)	(536)	(3.485)	
Ajuste Valor Presente- AVP	(2.165)	(919)	(3.084)	
Receita Operacional Líquida	115.473	56.718	172.191	
Participação sob ROL	67%	33%	100%	

31/12/10	Receitas no Mercado		Total	
Categoria	Interno	Externo		
Repetitivas	77.629	16.669	94.298	55%
Sob Encomenda	44.627	32.738	77.365	45%
Receita Bruta	122.256	49.407	171.663	100%
Deduções Receita	(24.999)	(773)	(25.772)	
Impostos	(22.909)	-	(22.909)	
Devoluções e Abatimentos	(1.053)	(349)	(1.402)	
Ajuste Valor Presente- AVP	(1.037)	(424)	(1.461)	
Receita Operacional Líquida	97.257	48.634	145.891	
Participação sob ROL	67%	33%	100%	

Informação da Receita Líquida – Geográfico:

	Fundidos de Aço - 2011		Fundidos de Aço - 2010	
	Repetitivos	Sob Encomenda	Repetitivos	Sob Encomenda
Nacional	85.044	30.429	63.440	33.817
América Latina	448	13.464	2.184	14.235
América do Norte	21.042	10.847	13.188	10.143
Europa	-	8.643	-	7.848
Ásia	2.274	-	1.036	-
Total	108.808	63.383	79.848	66.043

24. Despesas por natureza

Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado pelas principais naturezas:

Custo	31/12/11		31/12/10	
Insumos Diretos	(52.158)	41,3%	(48.737)	44,0%
Materiais Indiretos	(7.414)	5,9%	(6.031)	5,4%
Custos com Pessoal	(40.610)	32,2%	(33.558)	30,3%
Serviços Terceiros	(8.396)	6,6%	(7.548)	6,8%
Outras Despesas	(17.648)	14,0%	(14.927)	13,5%
Total dos custos	(126.226)	100,0%	(110.801)	100,0%
Participação do ROL	73,3%		75,9%	

Despesas com Vendas	31/12/11		31/12/10	
Comissões	(4.845)	43,5%	(5.682)	48,6%
Frete	(1.249)	11,2%	(1.734)	14,8%
Materiais	(43)	0,4%	(44)	0,4%
Mão de Obra	(2.605)	23,4%	(1.969)	16,8%
Serviços Terceiros	(487)	4,4%	(97)	0,8%
Outras Despesas	(1.914)	17,1%	(2.175)	18,6%
Total das despesas	(11.143)	100,0%	(11.701)	100,0%
Participação do ROL	6,5%		8,0%	

Despesas Administrativas	31/12/11		31/12/10	
Materiais	(320)	2,0%	(309)	2,0%
Mão de Obra	(4.997)	31,2%	(4.975)	32,0%
Locação de Equipamentos	(177)	1,1%	(146)	0,9%
Honorários	(5.133)	32,1%	(4.543)	29,2%
Serviços Terceiros	(2.421)	15,2%	(2.219)	14,3%
Outras Despesas	(2.934)	18,4%	(3.336)	21,6%
Total das despesas	(15.982)	100,0%	(15.528)	100,0%
Participação do ROL	9,3%		10,6%	

Membros da Administração

Diretoria

Cacídio Girardi – Presidente e Relação com Investidor

Duncan Roderick MC Kay - Diretor

Contador

Cleber Roberto Pisetta

CRC-SC 025.984/O-7